

Ecologia da comunicação: desafios para a concepção de uma comunicação social cidadã*

Jorge Miklos**

Agnes de Sousa Arruda Rocco***

Resumo

Neste trabalho pretende-se pensar a interseção entre comunicação e cidadania na perspectiva integrada com as ecologias: profunda, integral, dos saberes e da comunicação. Os estudos tradicionais de comunicação são moldados no paradigma cibernético e cartesiano e não permitem ponderações integrativas acerca da comunicação. Propõe-se pensar a “ecologia da comunicação” como um desafio e uma possibilidade de revigorar os vínculos humanos sociais e robustecer a cidadania. Este estudo se baseia, essencialmente, em três autores: Boff (1995; 1996); Romano (2004) e Santos (2010), fazendo ainda aproximações teóricas com Contrera (2010), Morin (1979) e Wulf (2014).

Palavras-Chave: Comunicação cidadã. Ecologia integral. Ecologia da comunicação.

Introdução

Comunicação é Tolerância.
(Harry Pross)

Em 2015-16, os autores deste texto estiveram no sul do México, especificamente nos estados de Oaxaca, com o intuito de conhe-

Abstract

This work intends to think about the intersection between communication and citizenship in the bonded perspective with the ecologies: profound, whole, within the knowledges and communication. The traditional communication studies are shaped in the cybernetic and cartesian paradigm and do not allow integrative wondering about communication. The study proposes to think “ecocommunication” as a challenge and a possibility to revigorate the social human links and to strengthen the citizenship. This study is based on, essentially, three authors: Boff (1995;1996); Romano (2004) e Santos (2010), narrowing theoretically with Contrera (2010), Morin (1979) e Wulf (2014).

Keywords: Citizen communication. Integral ecology. Ecology of communication.

cer o modo de vida dos povos indígenas, suas relações sociais, culturais e comunicativas, bem como as experiências de resistência comunitária. Noventa por cento da população oaxaquenha é de origem indígena, e a região é considerada a mais pobre do país. Apesar de estar geograficamente distante dos muros

* Data de recebimento: 26/10/2017

** Jorge Miklos: Professor Titular do PPG em Comunicação da Universidade Paulista (UNIP), Pós-doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Doutor em Comunicação pela PUC-SP, Mestre em Ciências da Religião e Graduado em História e Ciências Sociais. Contato: jorgemiklos@gmail.com.

*** Agnes de Sousa Arruda Rocco: Mestre e Doutoranda com bolsa CAPES-Propus do PPG em Comunicação da Universidade Paulista (UNIP). Possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo pelas Faculdades Integradas Teresa D'Ávila. Professora Coordenadora dos Cursos de Design Gráfico, Jornalismo e Publicidade e Propaganda - da Universidade de Mogi das Cruzes. Contato: agnesarruda@gmail.com.

estadunidenses, trata-se de uma população reprimida, perseguida, humilhada e explorada pelos “gringos”. Vivem refugiados nos povoados, nas selvas e nas pequenas cidades. Sua resistência reside no laço comunitário, na manutenção da memória coletiva por meio da agricultura habitual, da alimentação tradicional, do vestuário originário e da consciência de que a Terra é uma mãe que os alimenta e os protege em suas entranhas. Entre a mãe Terra e seus filhos a relação não é de uma escritura de propriedade, mas de pertencimento mútuo. Muito antes de o biólogo alemão Ernst Haeckel talhar o conceito de ecologia, os povos originários já tinham uma percepção profunda da integração concreta e imaginária do mundo e sabiam que, numa perspectiva do sagrado, é impossível separar a Terra dos filhos da Terra.

O ímpeto comunicativo sempre fez parte da vida do homem, ser gregário, que vive em bandos e precisa de seus pares para sobreviver, seja na selva de pedra cotidiana ou na savana da época da queda, e que encontrou na troca de sinais uma das formas de fazer sua existência ter sentido. Foram necessários, no entanto, milhares de anos de evolução para que estudiosos dedicassem suas pesquisas a essa ação tão elementar para a humanidade: a comunicação. Isso porque foi só em meados do século XX, com a Escola de Chicago, que os primeiros estudos da área começaram a aparecer (MATTELART, 1999).

À época, no entanto, interessava aos pesquisadores não a comunicação em si, mas as maravilhas proporcionadas pela tecnologia, que naquele momento começava a construir o sólido caminho das telecomunicações. Isso porque o salto temporal do telégrafo à internet foi incrivelmente mais curto que o das pinturas rupestres ao jornal

impresso – o que justificava, por si só, tê-los como objeto de estudo.

A estrutura dos meios, suas possibilidades de transmissão e os impactos da recepção das informações ganharam ensaios e mais ensaios, pesquisas técnicas, de mercado, acadêmicas... Ainda mais quando, após a Segunda Guerra Mundial, o imperialismo estadunidense e o capitalismo definitivamente se tornaram realidades mundiais. Afinal, que outra ferramenta poderia ser tão eficaz para influenciar comportamentos quanto à mídia? Dessa forma, financiados pelos governos e pelas grandes empresas, institutos de pesquisa se dedicaram cada vez mais a investigar e a solucionar as minúcias do processo midiático, atendendo a uma única lógica: a do mercado.

Recentemente, no entanto, uma afirmação óbvia, porém relegada aos últimos planos nesse campo acadêmico, tem animado debates na área. Baitello (1998, p. 11), ao dizer que “Todo processo comunicativo tem suas raízes em uma demarcação espacial chamada corpo”, retoma a discussão sobre comunicação dos meios para as pessoas, sendo elas as principais – se não únicas – agentes interessadas nesse processo.

A instância “corpo” é fundante para o processo comunicativo. É com ele que se conquista a vertical, a dimensão do espaço que configura as codificações do poder. É com ele que se conquistam a dimensão da horizontalidade e as relações solidárias de igualdade. É com o corpo, gerando vínculos, que alguém se apropria de seu próprio espaço e de seu próprio tempo de vida, compartilhando-os com outros sujeitos. Mas é também aí, no

estabelecimento de vínculos, materiais ou simbólicos, que inicia a apropriação do espaço e do tempo de vida de outros.

Sob essa ótica, entender de comunicação é, antes de tudo, entender de gente, do ser humano. Ser humano esse que, como explica Morin (1979), é muito mais complexo do que uma mera junção de matéria e intelecto. O autor fala, em seus próprios termos, do homem *biopsicossociocultural*, ou *Homo sapiens-demens*, uma criatura que, na queda, se descobriu mortal e que, desde então, vem tentando superar essa mortalidade. Suas alternativas variam do fazer-se imortal por seus feitos e virar mito, à criação de sistemas complexos do imaginário como as religiões, que preveem em alguns casos, na pós-morte, uma vida em paraíso ou, em outros, a reencarnação.

Para Morin, a demência está justamente no fato de que esses sistemas não estão relacionados ao racional. Afinal, apenas para ilustrar, o que de racional há em um chefe de família que tira 10% de seu salário-mínimo, utilizado para sustentar uma família com cinco filhos por um mês inteiro, para ofertar a uma igreja como prova de sua lealdade a um Deus que ele nunca viu, de quem só ouviu falar? Racionalmente, esses 10% seriam usados para comprar comida, remédios, roupas. Ou até um plano de dados para acessar a internet pelo celular e, assim, de acordo com os discursos otimistas deste campo de estudo, ter acesso à informação e finalmente dar um rumo para a sua vida. Mas na lógica da *sapiens-demens*, esse valor é a garantia de que, num futuro próximo, na Terra ou em outro plano, seu bem-estar e o de sua família estarão garantidos.

Assim, como determinar que os processos nos quais esse homem está inserido podem ser considerados cartesianos, técnico-científicos, metodologicamente testados e comprados se, por suas características, ele é totalmente influenciado por sua bagagem histórico-social? Como investigar aspectos de sua comunicação se as ontogêneses das teorias sobre esse campo ignoram totalmente essas questões e transformam o processo comunicacional em um mero jogo de pingue-pongue, que considera o modelo “Emissor-Meio/Mensagem-Receptor” o único possível? E, por último, por enquanto, como falar de comunicação cidadã se, na lógica desses estudos, Meio e Mensagem atendem a um único senhor, o capital?

São questionamentos que, a partir de agora, guiam este trabalho, que reflete sobre essas questões e discute a formulação de uma ecologia da comunicação, interligando saberes para uma comunicação social cidadã.

Uma teia de vínculos comunicativos

[...] a Terra não pertence ao homem; o homem pertence à Terra. Isto sabemos: todas as coisas estão ligadas como o sangue que une uma família. Há uma ligação em tudo.

O que ocorrer com a Terra recairá sobre os filhos da Terra. O homem não tramou o tecido da vida; ele é simplesmente um de seus fios. Tudo o que fizer ao tecido, fará a si mesmo.

(Carta do chefe indígena Seattle ao presidente dos EUA)

A conhecida carta do chefe Seattle escrita no século XIX alertava para dois temas que comprometiam o futuro da espécie *Homo sapiens*: (1) o desenvolvimento eco-

nômico acelerado, escorado pela ideologia do progresso (discurso dominante das elites globais), acarretava exclusão, desigualdades e graves danos ambientais, agredindo e restringindo direitos humanos essenciais; (2) A vida é um nó de relações. O chefe Seattle antecipou os fundamentos básicos da ecologia profunda como demonstra Fritjof Capra:

A ecologia rasa é antropocêntrica, ou centralizada no ser humano. Ela vê os seres humanos como situados acima ou fora da natureza, como a fonte de todos os valores, e atribui apenas um valor instrumental, ou de 'uso', à natureza. A ecologia profunda não separa seres humanos – ou qualquer outra coisa – do meio ambiente natural. Ela vê o mundo não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e são interdependentes. A ecologia profunda reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio particular na teia da vida. (CAPRA, 2012, p. 23).

A vida se organiza e se desorganiza por meio de redes. Um dos fundamentos das redes são as permutas, que garantem seu movimento. Essas correspondências são o que podemos apreender por Comunicação. Esta é o que solidifica o fenômeno da vida e da sociabilidade, a estratégia que permite que nos liguemos ao mundo, nossa principal via de acesso ao ambiente.

Com o objetivo de compreendermos a emergência de um novo paradigma comunicacional (Ecologia da comunicação Cida-

dã), navegamos no contexto de uma visão orquestral e interdisciplinar de comunicação que nos permita perceber que estamos enredados em processos biológicos, psicológicos, sociais e comunicativos.

“Sem amigos”, escreveu Aristóteles em *Ética a Nicômaco*, “ninguém escolheria viver, ainda que tivesse todos os outros bens” (2011, p. 34). Temos uma necessidade de nos afiliarmos com os outros, e até de nos tornarmos fortemente ligados a algumas pessoas em relacionamentos íntimos e duradouros. Os seres humanos têm um anseio de comunidade. Roy Baumeister e Mark Leary (1995) reuniram evidências dessa profunda necessidade de pertencimento.

A necessidade de reconhecimento e de convívio é diretamente ligada às pulsões de existir, cunhando o ambiente propício à interação, que nada mais é do que essa relação entre o eu e o outro. Segundo Todorov, a necessidade desse reconhecimento no outro, presente na pulsão “existir”, nasce e morre com o indivíduo, acompanhando-o desde a tenra idade até o leito de morte. E, assim como se dá no transcórre da vida, essa pulsão cresce no início e diminui no final, o aumento da solidão e do isolamento do idoso promove a diminuição de sua existência: “o ser humano vive talvez inicialmente em sua pele, mas começa a existir apenas a partir do olhar do outro” (TODOROV, 1996, p. 67).

Na relação comunitária, o indivíduo, ao partilhar da existência, se reconhece na vida do outro. Nesse sentido, é elucidativo saber: “[...] se eu quero que a minha vida tenha sentido para mim é necessário que tenha sentido para os outros” (BLANCHOT apud PAIVA, 1997, p. 88).

Envolvidos em uma teia de vínculos, percebemos que os seres humanos partici-

pam como sujeitos ativos da comunicação na medida em que sua incompletude os obriga à constituição emergencial e permanente de vínculos sociais e comunicativos, como sugere Malena Contrera:

Considerando o vínculo “a base primeira para a comunicação”, esses vínculos passam a ser uma das questões centrais dos estudos sobre a comunicação humana, ainda que não tenham sido devidamente considerados até o presente momento. Nesse sentido, é importante que façamos uma ressalva acerca do fato de que é a desconsideração do papel do vínculo para a comunicação que colabora para a manutenção de uma visão empobrecida sobre o processo comunicativo, muitas vezes conferindo às trocas de informação seu aspecto central. Ainda vemos, nos estudos da comunicação, uma confusão entre teorias da informação e teorias da comunicação, sendo que as primeiras se ocupam normalmente de aspectos funcionais e instrumentais das trocas informativas, alinhando-se muitas vezes aos estudos da cibernética, enquanto a segunda deveria se ocupar dessa dimensão complexa da constituição e dinâmica dos vínculos comunicativos. Isso estabeleceria uma clara distinção entre os papéis de informar e comunicar, hoje usualmente confundidos. Ao considerarmos os processos de vinculação, lançamos um novo sentido às relações comunicativas, evitando uma concepção de que trocas comunicativas se assemelham a meras relações comerciais e instrumentais, e chamando a atenção para a importância dos proces-

sos de significação constituídos nessas relações. Nesse sentido também podemos considerar a contribuição do estudo dos vínculos comunicativos para um alargamento da compreensão sobre os meios de comunicação, entendendo-os como espaços (físicos ou simbólicos) nos quais essa rede de vinculação deve operar numa escala socialmente maior do que a da comunicação interpessoal, e refletindo sobre se esses meios têm ou não, de fato, desempenhado esse papel, ou se se tornaram meros espaços funcionais por onde transitam informações assépticas e vazias de sentido, apenas quantitativa e mercadologicamente consideradas. (CONTRERA, 2010, p. 354).

Retomando a premissa de que tudo está interligado e que a vida é um nó de relações, a comunicação é basal no processo de vinculação e pertencimento. Por meio dela, o ser humano explora, aprende e constrói a sua subjetividade e reconhece o seu entorno social que, por sua vez, o constitui e engendra sua identidade.

Nesse sentido, há um reconhecimento da relevância da comunicação e da liberdade de expressão, que passa a ser entendida como elemento fundamental da garantia dos cidadãos livres, cabendo ao Estado estabelecer condições para assegurar seu exercício. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), em seu artigo 19, incorporou como direito a ser garantido: “[...] todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios, independente-

mente de fronteiras” (Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948, art. 19). Ao longo do século XX, essa garantia foi sendo progressivamente incorporada aos marcos jurídicos nacionais e internacionais.

O direito à comunicação e à liberdade de expressão assume uma moldura cada vez mais coletiva e se une umbilicalmente ao conceito desenvolvido pelo sociólogo francês Henri Lefebvre, em *Direito à cidade*, livro publicado pela primeira vez em 1968, no calor das manifestações estudantis. Lefebvre define o direito à cidade como um direito de não exclusão da sociedade urbana, das qualidades e dos benefícios da vida urbana. Direito à cidade é expressão maior da cidadania.

Nos últimos anos tem havido muitos protestos e movimentos sociais sob o *slogan* ‘direito à cidade’, que aglutinam de moradores de grandes capitais como São Paulo e Rio de Janeiro, resistindo às remoções, a artistas de rua, que reivindicam o grafite como um processo comunicativo que humaniza e transforma o espaço urbano:

Nesse sentido, se comunicação é a peça-chave no processo de hominização e vinculação social, o direito à comunicação não está divorciado do direito à cidade, pois como frisa David Harvey:

[...] a questão do tipo de cidade que queremos não pode ser separada da questão do tipo de pessoas que queremos ser, que tipo de relações sócias buscamos, que relações com a natureza nos satisfazem mais, que estilo de vida desejamos levar, quais são os nossos valores estéticos. (HARVEY, 2014, p. 28).

Lefebvre, Harvey, grafiteiros e militantes pelo direito à moradia, bem como outros

que aspiram a uma cidade e uma humanidade melhores, reconhecem que a comunicação e o convívio são diretamente ligados às pulsões de existir, o que cria o ambiente propício da “interação”, que nada mais é do que essa relação entre o eu e os outros.

Sobre pontes, muros e catástrofes

*A ponte não é de concreto, não é de ferro/
Não é de cimento/ A ponte é até onde vai
o meu pensamento/ A ponte não é para
ir nem pra voltar/ A ponte é somente pra
atravessar/ Caminhar sobre as águas desse
momento. (Lenine)*

Refletindo a respeito dos vínculos comunicacionais na mídia, Norval Baitello Jr., importante expoente do pensamento comunicacional brasileiro, escreveu um instigante texto:

O que são os meios, ou seja, o que é a mídia? Por que nos preocupamos tanto com os meios, com esse “meio de campo” entre o um e o outro? Porque há aí um abismo. E abismos são vazios gigantescos e assustadores. Como temos horror ao vazio, tentamos preenchê-lo com tudo o que temos à mão: com os gestos, com a voz, com os rastros (olfativos, visuais, auditivos ou táteis), com as imagens arcaicas, com escritas de todos os tipos, com as imagens produzidas por máquinas e até mesmo com as próprias máquinas de imagens. Mas preencher o abismo é um trabalho insano e inglório, como enxugar gelo ou esvaziar um rio. Há apenas lampejos de um fugaz preenchimento, pontes fugazes que nos levam até o outro,

transpondo por breves relances o vazio do abismo. Como dizia Walter Benjamin, em suas “Teses sobre a Noção de História”, ‘um lampejo no momento de um perigo’. Para conseguir esses lampejos e tais relances é que experimentamos todos os meios, todo tipo de mídia – dentre eles, as imagens, os sons, os gestos, os perfumes naturais e artificiais, os rastros e os cortes, as escritas todas. A essa atividade damos o nome de comunicação, criação de pontes para atravessar o abismo que separa o eu do outro. (grifo dos autores). A essas pontes, como elas se colocam no meio de campo damos o nome de “mídia” ou “meios” ou “media”. Repetindo e resumindo, pois nunca é demais enfatizar: mídia é meio de campo que procura superar o abismo entre o eu e o outro. Não se esqueça de que abismos são zonas inóspitas, tais quais os desertos. (BAITELLO JR., 2012, p. 34).

Na medida em que todos os seres vivos são sistemas abertos e vinculantes, a metáfora da ‘ponte’ cai como uma luva para pensar a comunicação humana. As pontes, literais e imaginárias possibilitam o movimento, a conexão, a comunhão e a vinculação, as trocas entre os seres vivos. Malena Contrera, na linha das pontes imaginárias, considera:

Toda comunicação é uma tentativa de re-união com o mundo, de estabelecer um vínculo que possa ser ponte entre a consciência e o sentimento primordial de fazer parte, de pertencer. Toda comunicação verdadeira, neste sentido, é uma ponte que se estende sobre o nada, que só aparece na beira

do abismo, para quem se atreve a dar o passo nesse nada que se chama “ir em direção ao outro”. Muitos não veem relação direta entre comunicação e comunhão, mas para mim ela parece inegável. Mesmo que haja dissenso, que haja diferença, que haja tensão, não é nada disso que nos mobiliza a buscar uma comunicação possível. É o comum que nos aproxima, que faz com que mesmo em meio a toda a dificuldade, como diz Chico Buarque, eu ‘ajeite o meu caminho para encostar no seu’. (CONTRERA, 2007).

As pontes aproximam os distantes e unem os diferentes. Seres humanos são construtores de pontes (concretas e imaginárias) que fecundam passagens e viagens iniciáticas. Por exemplo, os mitos são pontes que se abrem para a transcendência possibilitando a ligação dos homens aos deuses (universo simbólico) e dos seres humanos a outros seres humanos (universo social). É interessante notar que o título de Pontífice (*Pontifex*), que era atribuído aos imperadores romanos e permanece sendo o do Papa, significa construtor de pontes (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2002).

Porém, apesar de o ser humano ter uma natureza pontificia, há quem opte pelos muros imaginários e literais da exclusão, da rigidez, da unilateralidade, da egolatria, da desigualdade. A muralha da China, o muro de Berlim e o projeto do recém-eleito governo estadunidense em construir um muro na fronteira entre os Estados Unidos da América e o México revelam os paradoxos do que podemos entender por comunicação.

O projeto do muro estadunidense esboça claramente o paradoxo da globalização

percebido por Bauman que, diferente das pontes que ligam, pretende apartar:

Para os habitantes do Primeiro Mundo – o mundo cada vez mais cosmopolita e extraterritorial dos homens de negócio globais, dos controladores globais da cultura e dos acadêmicos globais – as fronteiras dos Estados foram derrubadas, como o foram para as mercadorias, o capital e as finanças. Para os habitantes do Segundo Mundo, os muros constituídos pelos controles de imigração, as leis de residência, a política de “ruas limpas” e “tolerância zero” ficaram mais altos; os fossos que os separam dos locais de desejo e da sonhada redenção ficaram mais profundos, ao passo que todas as pontes, assim que se tenta atravessá-las, revelam-se pontes levadiças. Os primeiros viajam à vontade, divertem-se bastante viajando (particularmente se vão de primeira classe ou em avião particular), são adulados e seduzidos a viajar, sendo sempre recebidos com sorrisos e de braços abertos. Os segundos viajam às escondidas, muitas vezes ilegalmente, às vezes pagando por uma terceira classe superlotada num fedorento navio sem condições de navegar mais do que outros pagam pelos luxos dourados de uma classe executiva – e ainda por cima são olhados com desaprovação, quando não presos e deportados ao chegar. (BAUMAN, 1999, p. 97).

Se a comunicação implica pontes, o muro (mesmo imaginário) sugere incomunicação. O muro é a engenharia da ignorância, do preconceito, da misoginia, da

xenofobia e do racismo, que separa os seres humanos entre eles. A opinião do advogado e também de muitos brasileiros demonstra que já existem muitos muros invisíveis que habitam a consciência coletiva.

A recorrente metáfora do muro que habita o imaginário de líderes políticos indica que parte da humanidade está dissociada. O atual estado dominante no planeta constitui uma catástrofe global. Trata-se, segundo Leonardo Boff (1995), de uma crise ecológica e de uma crise do paradigma civilizacional.

Um conjunto de catástrofes ambientais e sociais (poluição e mudanças climáticas, escassez de água potável, perda da biodiversidade, deterioração da qualidade de vida humana e degradação social, recrudescimento da desigualdade planetária, violência urbana) permeia o cotidiano terrestre. O primeiro capítulo da encíclica *Laudato Si: sobre o cuidado da casa comum*, do Papa Francisco (2015), bem como vários relatórios escritos por entidades científicas, contribui não apenas para evidenciar a ‘banalidade do mal’, mas, sobretudo, para desconstruir o discurso hegemônico sobre a globalização associada à ideia de progresso inexorável.

Se as pontes oferecem caminhos de encontro, os muros prenunciam separações e desencontros. Enfrentamos um paradoxo já profetizado por Walter Benjamin (2006) e seu anjo da história, e testemunhado por Günther Anders (2011), que diagnosticou a obsolescência do homem: destruição, morte e desesperança acompanham incríveis inovações tecnocientíficas. Nesse cenário lúgubre, evidencia-se o crescimento exponencial de uma catástrofe comunicacional: recrudescimento dos nacionalismos xenófobos, golpes jurídicos-midiáticos, homofobia, misoginia,

toda sorte de fundamentalismos (político e religioso), consumolatria, espetacularização da existência, virtualização do corpo, concentração midiática e o oligopólio midiático. Enfim, o progresso não tem conduzido, automaticamente, a uma sociedade melhor. Temos conduzido para a destruição. Muros são constituídos de paredes grossas e impermeáveis. O desafio para a cidadania é construir pontes transparentes, porosas e permeáveis, ou seja, pontes comunicacionais.

Construindo pontes: emergência de um novo paradigma

“A maior nobreza dos homens é a de erguer sua obra em meio à devastação, sustentando-a incansavelmente, a meio caminho entre a agonia e a beleza.”
(Ernesto Sábato)

Berlim, maio de 1945. A invasão do exército vermelho na cidade implicou a destruição de 40% dos edifícios. Na Alemanha, sobraram apenas de 10% a 20% dos centros urbanos. Em 1º de junho de 1945, as mulheres de Berlim receberam a ordem para remover entulhos e selecionar material para a reconstrução. Munidas de baldes, elas juntavam e limpavam pedras e tijolos nas cidades arrasadas pelos bombardeios. As “mulheres dos escombros” (*Trümmerfrauen*, como eram chamadas) estabeleceram os fundamentos da Alemanha do pós-guerra. Uma dessas *Trümmerfrauen*, Käthe Linke, lembra que essa esperança se baseava, principalmente, na coesão e na camaradagem entre os sobreviventes da guerra: “Queríamos poder ir ao teatro de novo. E era bonito, também, descobrir que as mulheres começavam a conquistar sua

autonomia” (ARNOLD, 1999, p. 237).

O exemplo notável da resiliência das *Trümmerfrauen* corrobora a afirmação de Leonardo Boff de que “a crise é criativa e o sofrimento nos faz pensar” (1996, p. 9). Toda catástrofe engendra amargura, angústia, ansiedade, mas esses sentimentos podem lançar pontes para sonhos, esperanças e utopias. É disso que se nutrem os movimentos sociais. Da lucidez de que esse não é o melhor dos mundos, mas que precisa e pode ser transformado. O psicólogo suíço Carl G. Jung assinalava essa presença enantiodrômica na natureza humana ao afirmar que: “Não há despertar de consciência sem dor. As pessoas farão de tudo, chegando aos limites do absurdo para evitar enfrentar a sua própria alma. Ninguém se torna iluminado por imaginar figuras de luz, mas sim por tornar consciente a escuridão” (JUNG, 2013, p. 182).

A humanidade enlouqueceu de vez ou apenas agora nos demos conta do quão loucos somos? Esta pode ser uma dúvida, entre tantas outras, que aflige aqueles que dedicam seus estudos sobre a sociedade contemporânea e a sua relação com os meios de comunicação. Isso porque cada vez mais notícias sobre as mais improváveis ações e reações dos seres humanos nas mais diversas situações são extremamente frequentes. A cada semana, uma nova pauta toma conta da mídia e cada uma aparenta ser mais surreal que a outra. Pessoas matando suas próprias famílias a sangue-frio e à queima-roupa, outras que praticam crueldades com animais indefesos e são responsáveis por desastres ambientais, ondas de violência, corrupção... A pergunta que fica é se essas situações são consequência da vida contemporânea ou se elas sempre ocorreram. Mas, agora, com o acesso aos

meios de informação, também se tem acesso a essas notícias. De toda forma, a ideia que se tem é a de que a humanidade caminha para o caos absoluto e que, em poucos anos, não haverá mais um caminho de volta para um convívio saudável e harmonioso entre os seres. Uma catástrofe.

No entanto, é Wulf (2014, p. 55-56) quem afirma que, pela catástrofe, o homem se reinventa:

Assim como indivíduos e sociedades, as espécies também são mortais. Incontáveis exemplos revelam que nenhuma espécie pode sobreviver para sempre, e o fenômeno da extinção em massa é conhecido por ter-se dado diversas vezes na história do nosso planeta. [...] podemos concluir que a extinção é necessária para a evolução, e o princípio prevalecente era provavelmente uma extinção seletiva das espécies que não tinham nada a ver com a capacidade de adaptação dos organismos.

[...]

Após o desaparecimento dos dinossauros, os mamíferos eram, inicialmente, muito pequenos, desenvolvendo-se com o tempo, em diversas formas, tais como roedores e cavalos primitivos, morcegos e baleias e macacos e homínídeos.

Portanto, as catástrofes desempenham um papel produtivo na evolução.

Nesse sentido, apesar do diagnóstico pessimista, o prognóstico pode ser visto como uma luz no fim do túnel para a inter-relação entre os seres humanos, confiando ainda que essa inter-relação está intimamente ligada aos processos de comunicação social.

A crise é a base de toda a evolução humana. Apesar de gerar sentimentos de violência e de violação, é a possibilidade de tomada de consciência e evolução criativa. Porque a crise, de maneira violenta, tira o indivíduo de sua rotina profana, em que a vida é vivida sem significado e sem sentido, podendo levá-lo, pela necessidade de superá-la, a uma dimensão de vínculo com a solidariedade e com a empatia.

É nesse sentido que pensadores contemporâneos detectam a necessidade de uma nova compreensão e uma nova ação que enfrentem os problemas globais. O já citado Capra (2006) propõe a Ecologia Profunda, com novos valores de pensamento e valores integrativos (o intuitivo, a síntese, o holístico, o não linear, a cooperação, a parceria) e uma ética do cuidado.

Leonardo Boff (1996), desconstruindo a crença do senso comum de que ecologia é “coisa de rico”, recoloca a discussão do ecológico no social e no político e propõe caminhos e práticas de várias ecologias: a ecotecnologia, a ecopolítica, a ecologia social, a ética ecológica, a ecologia mental e a mística ecológica.

Por exemplo, Boff, ao refletir sobre a ecologia social, denuncia que o atual modelo de sociedade imperante no mundo:

[...] apresenta-se profundamente dualista. Divide pessoa/natureza, homem/mulher, masculino/feminino, Deus/Mundo, corpo/espírito, sexo/ternura. E esta divisão sempre beneficia um dos polos, originando hierarquias e subordinações no outro. No nosso caso trata-se de uma sociedade de estrutura patriarcal e machista. (BOFF, 1996, p. 31).

Esse padrão excludente, binário, violento e redutor das possibilidades humanas e que reduz os seres humanos a meros autômatos e reprodutores da “consumolatria”, foi denunciado pelo ex-presidente do Uruguai, José Mujica que, ao ser chamado por um jornalista europeu de “*o presidente mais pobre do mundo*”, respondeu: “Eu não sou pobre, eu sou sóbrio, de bagagem leve. Vivo com apenas o suficiente para que as coisas não roubem minha liberdade” (RABUFFETTI, 2015, p. 43).

Em oposição a esse modelo sombrio organizado pelo deus mercado, que desertifica o futuro, Boff saúda a possibilidade de um modelo de sociedade que propicie as múltiplas possibilidades do ser humano e da sociedade. Um modelo no qual:

[...] a imaginação, a fantasia, a utopia, o sonho, a emoção, o símbolo, a poesia, a religiosidade devem ser tão valorizados quanto a produção, a organização, a funcionalidade e a racionalidade. Masculino/feminino, Deus/mundo, corpo/psique devem ser integrados no horizonte de uma imensa comunidade cósmica. (BOFF, 1996, p. 33).

Esse novo modelo não é gestado no centro do capitalismo, mas, ao contrário, em sua periferia. São os pobres, os excluídos dos direitos, as pessoas em situação de rua, que sobrevivem na sarjeta, os marginalizados, os militantes da luta social, os negros brasileiros, os homossexuais muçulmanos, as mulheres cubanas, os refugiados sírios na Europa, as comunidades indígenas, zapatistas de Chiapas, os integrantes das comunidades eclesiais de base cristãs na América Latina, entre outros. São esses se-

res humanos que inventam novas formas de saberes e que concebem novas ações alternativas, interferindo para uma gestação do futuro.

Quem teoriza a respeito é Santos (2010), ao dissertar sobre a *Ecologia dos saberes*. Para o autor, o conhecimento é uma construção social, e quanto maior for seu reconhecimento, “maior será sua capacidade para conformar a sociedade, para conferir inteligibilidade ao seu presente e ao seu passado e dar sentido e direção ao seu futuro. [no entanto] [...] tende a estar tanto menos quanto maior é o seu privilégio epistemológico” (SANTOS, 2010, p. 137). No entanto, ao privilegiar o conhecimento científico, a sociedade ocidental o pretendeu imune às transformações do mundo, o que é impossível. Afinal, quanto mais a ciência intervém no mundo, mais contaminada dele ela estará... E vice-versa.

Acontece que há uma onda de pesquisa que prevê a não diferenciação entre as ciências naturais e as ciências sociais, sob uma perspectiva antirreducionista, ou, em termos morinianos (MORIN, 1979), uma perspectiva complexa. Nesse sentido, Santos (2010) propõe a renúncia a uma epistemologia geral para dar conta das coisas do mundo (o conhecimento técnico-científico) para que se volte a perceber que, na verdade, existe no mundo uma condição de diversidade epistemológica, em uma terceira via entre a epistemologia convencional da ciência moderna e os outros sistemas de conhecimento alternativos à ciência; não ignorando o método científico, mas resgatando aquilo que de positivo foi por ele produzido.

Trata-se de uma tomada de consciência sobre as circunstâncias e condições particu-

lares em que o conhecimento é produzido, considerando que “[...] a definição dos objetos do conhecimento é indistinguível de uma relação com os sujeitos que são constituídos como os seus objetos” (SANTOS, 2010, p. 150). Além disso, a *Ecologia dos saberes* prevê perspectivas interculturais, considerando a existência de saberes plurais, alternativos à ciência moderna ou que com essa se articulam em novas configurações de conhecimentos, que Santos aponta serem conduzidas especialmente nas áreas mais periféricas do sistema mundial moderno.

O autor questiona o fato de os conhecimentos não científicos serem considerados

[...] locais, tradicionais, alternativos ou periféricos (sendo que) todo conhecimento é parcial e situado, (dessa forma) é mais correto comparar todos os conhecimentos [...] em função das suas capacidades para a realização de determinadas tarefas em contextos sociais delineados por lógicas particulares. (SANTOS, 2010, p. 153).

Nesse sentido, ele afirma que “O multiculturalismo emancipatório parte do reconhecimento da presença de uma pluralidade de conhecimentos e de concepções distintas sobre a dignidade humana e sobre o mundo” (ibidem, p. 154).

Assim, considera-se que a diversidade epistêmica do mundo é potencialmente infinita, não havendo conhecimentos puros nem completos, mas sim constelações de conhecimentos, em um “[...] conjunto de epistemologias que parte da possibilidade da diversidade e da globalização contra hegemônicas” (ibidem), sendo que não há epistemologias neutras e que a reflexão

deve incidir não nos conhecimentos em abstrato, mas nas práticas de conhecimento e seus impactos em outras práticas sociais. Dessa forma, “[...] o reconhecimento da diversidade sociocultural do mundo favorece o reconhecimento da diversidade epistemológica de saberes do mundo” (SANTOS, 2010, p. 156).

Para o autor, a *Ecologia da comunicação* surge com o impulso básico de resistência prática ao capitalismo global por meio de ação. Ela está assentada “no reconhecimento da pluralidade de saberes heterogêneos, da autonomia de cada um deles e da articulação sistêmica, dinâmica e horizontal entre eles” (ibidem, p. 157), cruzando-se saberes e ignorâncias.

Ecologia da comunicação: uma proposta de comunicação cidadã

La comunicación tiene una dimensión ecológica y ética. (Vicente Romano)

É o próprio Boaventura Santos que afirma ser imperativo “renovar a teoria crítica para reinventar a emancipação social”. Uma ecologia social sugere o desafio de pensar uma ecologia comunicacional em prol de uma vida livre.

Foi o pensador espanhol Vicente Romano (1935-2014), intelectual espanhol e aluno do cientista político alemão Harry Pross, que propôs pensar uma ecologia da comunicação. Para ele, o processo de comunicação humana nos possibilita a conexão, a comunhão, a vinculação com os outros. É através da comunicação que experimentamos as relações sociais, a vivência em comum, os sentimentos de pertencimento a uma comunidade.

No livro, *Ecología de la comunicación* (ainda sem tradução em português), Romano estimula o pensamento integrativo ecologia/social/comunicação, argumentando que: “Nesta experiência do comum, a comunidade é onde a função básica da comunicação é dada, de acordo com a tese ecológica: comunicação cria comunidade, comunicação cria comunhão.” (ROMANO, 2004, p. 31, tradução nossa). Como já foi dito antes, para ele, como vínculo entre um ser humano e outro ser humano, a Comunicação tem uma dimensão ecológica e ética.

Entretanto, para Romano, a crescente dissociação comunicativa (oligopólios midiáticos, perda do tempo presente, dromocracia) traz consequências contrárias ao vínculo. A técnica e a comercialização da comunicação implicaram a industrialização, com o objetivo de converter o indivíduo em receptor ideal. A solidão e a perda das relações, bem como o desequilíbrio da homeostase espiritual interna, são os efeitos mais evidentes.

Para ele, atualmente predomina a Ideologia da Morte, ou seja, a realidade virtual satisfaz mais que o real, o dinheiro impera como sistema simbólico totalitário, a globalização da comunicação traz efeitos nefastos para a democracia, a diversidade cultural é ameaçada pela crença fundamentalista, a natureza é submetida à tecnologia e a concepção do tempo é alterada em termos de eficiência e velocidade.

Nesse sentido, Romano considera que a Ecologia da Comunicação é uma nova crítica da economia política da comunicação. A Ecologia da Comunicação estabelece um vínculo entre comunicologia e ecologia humana. Observa os efeitos da técnica na comunicação humana e dos impactos da co-

municação eletrônica na natureza humana, na sociedade e no meio ambiente. Tem como propósito libertá-la do jugo de simples meio de produção, do seu aspecto tecnológico e lucrativo, para transformá-la em comunicação que produz e conserva experiências.

Na condição de um intelectual engajado, para Romano, criticar os efeitos negativos não significa ser apocalíptico ou tampouco manter-se na perspectiva catastrófica. Mas, ao contrário é reconhecer que a lucidez a respeito dos processos desumanos da comunicação é o primeiro passo em direção a uma estratégia construtiva, no sentido de ampliar a qualidade de vida dos seres humanos na medida em que promove a saúde e a comodidade na vida das pessoas e das coletividades e contribui para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A Ecologia da Comunicação pretende averiguar até que ponto é possível criar, com a comunicação, comunidades em que o mundo surja como um meio e o ser humano se sinta realizado. Para tanto, é urgente, segundo Romano, que os seres humanos ampliem a consciência e assumam a responsabilidade diante do seu entorno comunicacional, pois de modo análogo como ocorreu com o domínio da natureza por conta da técnica – domínio que se traduziu em um experimento falido e fatal – observa-se uma experiência semelhante na esfera da comunicação, ou seja, o domínio dos processos comunicativos pela racionalidade técnico-econômica trouxe consequências que obliteram a realização do vínculo humano, na medida em que a apropriação tecnológica está submetida aos interesses econômicos.

Vicente Romano analisa o processo de privatização dos espaços públicos, que an-

tes eram espaços de comunicação, festa e proximidade, não associados ao consumo, mas à celebração e à comunhão do espaço e do tempo.

A democracia, como sistema aberto, implica necessariamente espaços abertos, para que todos possam ter acesso. O espaço público deve ser do público, ou melhor, de todos os públicos, o lugar de encontro do pluralismo e da interação social. E, nesse sentido, os espaços públicos têm grande importância para o desfrute e uso coletivo do tempo livre, da comunicação, do consumo de cultura, comodidades de um dia de folga, etc. (ROMANO, 2004, p. 97).

A Ecologia da Comunicação trata das consequências e das intervenções tecnológicas da comunicação sobre seres humanos; natureza extra-humana; sociedade, cultura e comunicação. Sendo assim, estabelece necessariamente vínculos e cria comunidades, evitando o esgarçamento do tecido social e fortalecendo a cidadania.

A proposta de um Paradigma Ecológico da Comunicação aponta para uma experiência na qual os seres humanos percebam que vivem em um só mundo, isto é, são parte de uma só comunidade. O ‘nós’ é mais importante que o ‘eu’. Como prenuncia o *ubuntu*, uma antiga palavra africana que tem origem na língua zulu (pertencente ao grupo linguístico bantu), “uma pessoa é uma pessoa através (por meio) de outras pessoas”.

A Ecologia da Comunicação persegue garantir um equilíbrio ecológico dos meios, ou seja, adaptar as tecnologias da informação às condições e possibilidades da comunicação primária/presencial, o que

significa, em outras palavras, adaptar as tecnologias da informação às combinações ecocomunicológicas do ser humano.

A partir de uma perspectiva ecológica, distinguem-se três enfoques na Ecologia da Comunicação:

- a) A questão do poder e do domínio – o processo de desenvolvimento e a aplicação das novas tecnologias são regidos por interesses econômicos em benefício privado
- b) O psicológico – a comunicação é constitutiva para a formação da identidade, a interação social e a socialização
- c) O sistêmico – que responde ao caráter básico de restauração da comunicação.

Isso significa que a comunicação social deve possibilitar o desenvolvimento da identidade, o desenvolvimento corporal e espiritual, a capacidade de relacionar-se, a competência de aprender e a ética da solidariedade. Essa ecologia propicia a resistência às pretensões do poder e da dominação e o fortalecimento da democracia, a responsabilidade pelo entorno e por si mesmo.

Para os sistemas social, econômico, político, cultural e comunicacional contemporâneos, é interessante que sejamos monotemáticos, unilaterais, maniqueístas e unidimensionais. Porém, cada ser humano carrega a herança de sua história pessoal e de sua memória coletiva. Somos seres poliédricos, plurais, diversos, complexos e indeterminados. O bem e o mal de uma vida não se decidem a partir de princípios preestabelecidos: eles se decidem na complexidade da própria vida da qual se trata.

Entretanto, o sistema sociocomunicacional atenta contra a liberdade e a cidadania na medida em que procura encerrar cada indivíduo no casulo da mentalidade submissa. Mas, como aponta Castells:

Entretanto, uma vez que as sociedades são contraditórias e conflitivas, onde há poder há também contrapoder [...]. A verdadeira configuração do Estado e de outras instituições que regulam a vida das pessoas depende dessa constante interação de poder e contrapoder. (CASTELLS, 2013, p. 27).

Dentro dessas contradições cresce uma consciência coletiva que anseia por liberdade e democracia. O novo emerge. A expansão da catástrofe, da barbárie e da brutalidade não é suficiente para aniquilar a esperança, pois na história da humanidade cada ato de destruição encontrou sua resposta num ato de criação. A proposta da Ecologia da Comunicação aponta para um potencial utópico, como dimensão do real gerando forças de construção e de acolhida do novo.

Considerações finais

A minha humanidade está inextricavelmente ligada à sua humanidade.
(Lema Ubuntu)

A reflexão de Romano nos convoca a pensar a respeito das possibilidades da Ecologia da Comunicação que aqui procura-se não apenas traduzir, mas, sobretudo ampliar, integrando o conceito em uma escala ecológica em interseção com todas as outras ecologias.

Um primeiro movimento está na per-

cepção de que tudo está integrado e relacionado. Os dilemas contemporâneos requerem que a proposta da Ecologia da Comunicação não pode ser excluída da ecologia ambiental, econômica, social, cultural e cotidiana. Se tudo que acontece com a terra acontece com os filhos da terra, a ecologia da comunicação deve ampliar-se para uma perspectiva de uma ecologia da comunicação integrativa.

É fundamental pensar a comunicação humana e social no âmbito da complexidade na qual se entende que na mesma medida em que a natureza, a economia, a sociedade, a cultura, o cotidiano afetam a comunicação, ela também é simultaneamente afetada e afeta seu entorno.

Os movimentos sociais que aspiram a uma sociedade mais justa, igualitária, democrática e livre podem compreender que a comunicação não é um mero instrumento midiático de luta, mas um sistema complexo, diverso, indeterminado e vinculante.

A Ecologia da Comunicação está presente no paradigma da sustentabilidade, na educação ambiental, na luta pela manutenção dos biomas e da biodiversidade, na preservação das florestas, no combate contra o desmatamento, na possibilidade do uso da energia verde. Está presente na permacultura, na militância de Vandana Shiva (2003) e sua denúncia a respeito da “monocultura da mente”.

E Ecologia da Comunicação é inseparável da ecologia econômica que propõe um outro modelo de produção e distribuição de riqueza. Os recursos são limitados e finitos. É preciso saber bem como e quando usá-los e como fazer para repô-los. É imperativo que o pensamento econômico considere a sustentabilidade, o consumo consciente, o

uso austero da energia, a reutilização dos materiais descartáveis, a redução do lixo, o uso e a reutilização da água como fundamentos das suas práticas.

O modelo econômico que ignora a proposta da sustentabilidade é gerador de bolsões e misérias no mundo, engendrando uma lógica de desigualdade acirradamente desumana. Por isso, a Ecologia da Comunicação é intrínseca à ecologia social. Como já foi dito, sendo a comunicação uma experiência excepcional para a constituição dos vínculos humanos, a ecologia da comunicação volta-se, sobretudo, no sentido de restaurar a perda dos laços e dos vínculos, valorizando o pertencimento, a comunicação presencial e o encontro humano.

A globalização criou uma nova religião: a religião do consumo. Esse padrão tende a homogeneizar, enfraquecendo a variedade

cultural. E a comunicação massiva hegemônica exerce um papel preponderante nesse contexto na medida em que pasteuriza os conteúdos simbólicos. A Ecologia da Comunicação denuncia a síndrome consumista protegendo a diversidade cultural contra a colonização do mercado global.

A Ecologia da Comunicação emerge em todas as minorias, excluídos. Insurge nas identidades de gênero LGTB, nos afro-brasileiros, nos refugiados, nos palestinos, nos povos originários da América Latina, nos ciclistas de Guadalajara, nos camponeses sem terra, na mulher trabalhadora que habita as periferias das grandes cidades, nos grafiteiros e em todos aqueles que promovem uma estruturação vinculativa e um modo de organizar a sociedade simbolicamente. Organizam-se num modelo ecológico, social e comunicacional horizontal.

Referências bibliográficas

ANDERS, Günther. *La obsolescencia del hombre*. Sobre el alma en la época de la segunda revolución industrial. Valência: Pre-Textos, 2011. v. I.

ARISTÓTELES. *A Ética a Nicômaco*. Porto Alegre: ArtMed, 2011.

ARNOLD, Angela M. (Hrsg.) *Trümmerbahn und Trümmerfrauen*. Berlin: Omnis Verlag, 1999.

BAITELLO Junior, Norval. Comunicação, mídia e cultura. *São Paulo em Perspectiva*, v. 12, n. 4, Comunicação e Informação, out.-dez. 1998. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v12n04/v12n04_02.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2017.

_____. Norval. *Pensamento sentado*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMEISTER, R. F.; LEARY, M. R. The need to belong: Desire for interpersonal attachments as a fundamental human motivation. *Psychological Bulletin*, 1995.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 2006. v. 1.

BOFF, Leonardo. *Princípio-Terra: a volta à terra como pátria comum*. São Paulo: Ática, 1995.

_____. *Ecologia, mundialização, espiritualidade: a emergência de um novo paradigma*. São Paulo: Ática, 1996.

CAPRA, Fritjof. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 2006.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015.

CONTRERA, Malena Segura. Sobre a Ponte Inexistente. *Revista Ghrebhv*, v. 2, n. 10, 2007. Disponível em: <<http://revista.cisc.org.br/ghrebh/index.php?journal=ghrebh&page=article&op=view&path%5B%5D=150&path%5B%5D=161>>. Acesso em: 8 fev. 2017.

_____. Vínculo Comunicativo. In: MARCONDES FILHO, C. J. R. (Org.) *Dicionário de comunicação*. São Paulo: Paulus, 2009

FRANCISCO, Papa. *Laudato Si: sobre o cuidado da casa comum*. São Paulo: Paulus, 2015

HARVEY, David. *Cidades rebeldes. Do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

JUNG, Carl Gustav. *A natureza da psique*. Petrópolis: Vozes, 2013.

LEFEBVRE, Henri. *Direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MATTELART, Armand. *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Loyola, 1999.

MORIN, Edgar. *O enigma do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PAIVA, Raquel. *O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

RABUFFETTI, Mauricio. *José Mujica: la revolución tranquila*. México: Aguilar, 2015.

ROMANO, Vicente. *Ecologia de la comunicación*. Hondarribia: Argilatexte Hiru, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2010.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente: perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gala, 2003.

TODOROV, Tzevetan. *A vida em comum*: ensaio de antropologia geral. São Paulo: Papyrus, 1996.

TUMA, Romeu. *Foi isso que você pregou Lula chupim?* In @tumaoficial. Disponível em: <https://twitter.com/tumaoficial/status/526508715659501568/photo/1?ref_src=twsrc%5Etfw>. Acesso em: 11 fev. 2017.

WULF, Christoph. *Antropologia*: história, cultura, filosofia. São Paulo: Annablume, 2014.